Sul América Capitalização S.A. - SULACAP

Demonstrações Financeiras Referentes ao Semestre Findo em 30 de Junho de 2012 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson, 231
22º, 25º e 26º andares
20030-905 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: +55 (21) 3981-0500
Fax: +55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

@ Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	30/06/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
ATIVOS CIRCULANTES			
DISPONÍVEL		2.341	1.416
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.341	1.416
APLICAÇÕES	6	451.768	478.043
Títulos de renda fixa		16.758	6.379
Quotas de fundos de investimentos		435.010	471.664
CRÉDITOS COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	7	86.308	55.558
Títulos de capitalização - PU		86.308	55.558
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		10.261	12.786
Títulos e créditos a receber	8	5.610	8.285
Créditos tributários e previdenciários	9	3.455	3.568
Outros créditos		1.196	933
OUTROS VALORES E BENS		116	167
Outros ativos		116	167
DESPESAS ANTECIPADAS		25	14
Operacionais		25	14
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES		550.819	547.984
ATIVOS NÃO CIRCULANTES			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		255.765	253.605
APLICAÇÕES	6	137.888	139.433
Títulos de renda fixa		137.888	139.413
Títulos de renda variável		-	20
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		108.864	105.080
Créditos tributários e previdenciários	9	23.029	22.141
Depósitos judiciais e fiscais	15	85.835	82.939
OUTROS VALORES E BENS		9.013	9.092
Ativos classificados como mantidos para venda	11	9.013	9.092
INVESTIMENTOS		93.895	93.250
Participações societárias	10	93.819	93.174
Propriedades para investimento	12	76	76
IMOBILIZADO		1.082	1.143
Imóveis		56	57
Bens móveis		1.017	1.077
Outras imobilizações		9	9
INTANGÍVEL		141	163
Marcas e patentes		3	3
Sofware		138	160
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		350.883	348.161
TOTAL DOS ATIVOS		901.702	896.145

(continua)

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	30/06/2012	31/12/2011
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVOS CIRCULANTES			
CONTAS A PAGAR	13	40.484	61.993
Obrigações a pagar		25.571	50.439
Impostos e encargos sociais a recolher		1.911	2.121
Provisões trabalhistas		1.803	1.227
Provisão para impostos e contribuições		8.171	5.569
Outras contas a pagar		3.028	2.637
DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		387	193
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	14	3.166	5.749
PROVISÕES TÉCNICAS DE CAPITALIZAÇÃO	15	564.500	491.621
Provisão para resgates		536.089	464.077
Provisão para sorteio		24.668	23.901
Outras provisões		3.743	3.643
TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTES		608.537	559.556
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES			
CONTAS A PAGAR	13	91.810	93.267
Obrigações a pagar		80.852	81.623
Impostos diferidos passivos	9	1.729	1.683
Outras contas a pagar	22	9.229	9.961
OUTROS DÉBITOS		23.980	21.687
Provisões judiciais	16	23.980	21.687
TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES		115.790	114.954
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	177.375	221.635
Capital social		109.422	109.422
Reserva de capital		9	9
Reserva de reavaliação		3.189	3.189
Reservas de lucros		25.324	53.324
Ajustes com títulos de valores mobiliários		13.331	4.903
Dividendos adicionais propostos		-	50.788
Lucro do período		26.100	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		177.375	221.635
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		901.702	896.145

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	30/06/2012	30/06/2011 (Reapresentado)
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITAS LÍQUIDAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	21	147.464	107.454
Arrecadação com títulos de capitalização		717.059	494.366
Variação da provisão com resgates		(569.595)	(386.912)
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		(80)	109
RESULTADOS COM SORTEIO		(86.590)	(63.451)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	21	(29.387)	(21.844)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		815	1.557
Outras receitas operacionais		4.153	13.586
Outras despesas operacionais		(3.338)	(12.029)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	21	(27.243)	(27.546)
DESPESAS COM TRIBUTOS	21	(3.427)	(1.507)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		1.552	(5.228)
RESULTADO FINANCEIRO		9.227	11.571
Receitas financeiras	21	31.156	33.225
Despesas financeiras	21	(21.929)	(21.654)
RESULTADO PATRIMONIAL		20.500	15.190
Ajustes de investimentos em coligadas	10	20.435	15.122
Outras receitas		65	68
RESULTADO OPERACIONAL		31.279	21.533
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	22	(828)	1.026
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		30.451	22.559
Imposto de renda	9	(2.800)	(1.096)
Contribuição social	9	(1.551)	(3.364)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		26.100	18.099
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	23	-	10.689
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		26.100	28.788
Quantidade de ações		275	275
Lucro líquido do período por ação - R$		94.909,09	104.683,64

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	30/06/2012	30/06/2011
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	26.100	28.788
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
Ganho (perda) líquido originado de avaliação de ativos financeiros disponíveis para venda - carteira própria, líquido dos efeitos tributários	69	(356)
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	8.359	(1.021)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	34.528	27.411

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

		Reserva de capital	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes			
	Capital social	Subvenções para investimentos	Ativos próprios	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva suplementar	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	97.892	9	3.560	23.622	89.844	593	1.377	7.041	-	223.938
Dividendos adicionais aprovados e pagos - Nota 19	-	-	-	-	-	-	-	(7.041)	-	(7.041)
Aumento de capital - AGE de 31 de março de 2011	11.530	-	-	(4.044)	(7.486)	-	-	-		-
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-	-		(1.377)	-	-	(1.377)
Dividendos intermediários pagos (R$116.363,64 por ação)	-	-	-	-	(32.000)	-	-	-	-	(32.000)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	28.788	28.788
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	109.422	9	3.560	19.578	50.358	593	-	-	28.788	212.309
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	109.422	9	3.189	21.884	30.847	593	4.903	50.788	-	221.635
Dividendos adicionais aprovados e pagos - Nota 19	-	-	-	-	-	-	-	(50.788)	-	(50.788)
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-	-	-	8.428	-	-	8.428
Dividendos intermediários pagos (R$116.363,64 por ação)	-	-	-	-	(28.000)	-	-	-		(28.000)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	26.100	26.100
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	109.422	9	3.189	21.884	2.847	593	13.331	-	26.100	177.375

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 3O DE JUNHO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	30/06/2012	30/06/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos com títulos de capitalização	217.168	177.509
Pagamentos de resgates, sorteios e comissões	(157.524)	(107.513)
Pagamentos de despesas e obrigações	(31.150)	(25.718)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(585)	(954)
Recebimentos de juros e dividendos	30.811	36.718
Constituição de depósitos judiciais	(1.882)	(2.739)
Resgates de depósitos judiciais	605	1.904
Outros recebimentos operacionais	20	421
Caixa gerado pelas operações	57.463	79.628
Impostos e contribuições pagos	(8.500)	(4.978)
Aplicações	(99.339)	(202.594)
Vendas e resgates	150.632	168.175
Rendimentos recebidos	424	1.565
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	100.680	41.796
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento (pagamento) pela compra/venda de ativo permanente:		
Imobilizado	(40)	(64)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(40)	(64)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(99.715)	(42.995)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(99.715)	(42.995)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	925	(1.263)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.416	1.477
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.341	214
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	925	(1.263)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSO LIVRES	(27.820)	51.954

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP

CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	30/06/2012	30/06/2011
ATIVIDADADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	26.100	28.788
MAIS		
Depreciações e amortizações	215	233
Juros e variações monetárias sobre tributos	128	9.888
Juros e variações monetárias sobre ações judiciais e provisões fiscais	2.607	2.556
Outros recebimentos operacionais	894	609
MENOS		
Ajustes de investimentos em controlada e coligadas	(20.435)	(25.811)
Juros e variações monetárias sobre depósitos judiciais	(1.665)	(2.143)
ATIVIDADADES OPERACIONAIS		
Variações das aplicações	27.820	(52.621)
Variações dos crédito e débitos das operações de capitalização	42.323	58.029
Dividendos recebidos de controlada e coligada	30.811	36.718
Variação de títulos e créditos a receber	9.096	6.051
Variação de contas a pagar e outros débitos	(19.516)	(15.217)
Variação de depósitos de terceiros	(2.583)	(2.341)
Variação de outros passivos contingentes	2.293	(5.644)
Impostos e contribuições sobre o lucro	2.592	2.701
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	100.680	41.796

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua da Candelária nº 60, 9º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em 26 de outubro de 2004, a atuar no segmento de capitalização em todo o território nacional, bem como a participar em outras empresas. A controladora da Sociedade é a Saspar Participações S.A.("SASPAR"), que possui 83,27% do capital da Sociedade (2011: 83,27%), e o seu acionista controlador final são membros da família Larragoiti, representados, basicamente, pela Sulasa Participações S.A.

Em 28 de maio de 2012 a SASPAR firmou contrato de compra e venda de ações com a Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("Santa Cruz") e sua controladora Sul América S.A., visando à aquisição pela Santa Cruz da totalidade da participação detida pela SASPAR no capital social da Sociedade, pelo preço base de R$214.000, podendo este ser incrementado em até R$71.000 desde que satisfeitas determinadas condições previstas no Contrato. O processo de aquisição encontra-se em fase homologação na SUSEP.

A Sociedade atua, principalmente, nas seguintes modalidades do segmento de capitalização:

- Modalidade Incentivo - Representados por títulos de capitalização que estão vinculados a um evento promocional de caráter comercial instituído pelo Subscritor. O subscritor neste caso é a empresa que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto utilizado no evento promocional.

- Modalidade Tradicional - Representados por títulos de capitalização que têm por objetivo restituir ao titular, ao final do prazo de vigência, no mínimo, o valor total dos pagamentos efetuados pelo subscritor, desde que todos os pagamentos previstos tenham sido realizados nas datas programadas.

- Modalidade Popular - Representados por títulos de capitalização que tem por objetivo propiciar a participação do titular em sorteios, sem que haja devolução integral dos valores pagos.

Durante o período, a Sociedade investiu no segmento de Incentivo, ampliou o volume de distribuidores do segmento Tradicional (principalmente, para o produto "novíssimo garantia de aluguel").

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade e bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP.

Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 430, de 05 de março de 2012, que instituiu o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar com vigência a partir de 1° de janeiro de 2012. As principais alterações decorrentes da adoção da circular 430/12, descritas na nota nº 4, são as seguintes: a apresentação dos valores a receber de clientes na rubrica "Créditos com operações de capitalização" no Ativo Circulante, registrado anteriormente na rubrica "Títulos e créditos a receber"; a contabilização das constituições das provisões para despesas com resgates no mesmo grupo da receitas líquidas com capitalização; a contabilização das constituições das provisões para despesas com sorteios no grupo "Resultados com Sorteio" e a alteração da denominação da rubrica "Despesas de Comercialização" para "Custos de Aquisição" na demonstração do resultado.

Os resumos das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade estão descritas a seguir:

Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Sociedade possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método da equivalência patrimonial.

Reconhecimento de receita

- Receita com títulos de capitalização

  O resultado é apurado pelo regime de competência, incluindo a receita com títulos comercializados juntos as instituições parceiras comerciais, em que o intervalo de tempo entre a data de efetivo pagamento pelo parceiro e o respectivo ingresso do recurso financeiro na Sociedade é superior a 1 (um) dia, excetuando-se as importâncias recebidas diretamente dos subscritores de títulos de capitalização, que são reconhecidas contabilmente como receitas com títulos de capitalização pelo regime de caixa. Em relação aos títulos de pagamento único (PU), a Sociedade mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de emissão.

- Receita com resgate antecipado de títulos de capitalização

  A receita com resgate antecipado de títulos de capitalização é registrada pelo regime de competência. Corresponde à penalidade prevista nas condições gerais do título de capitalização para o resgate antecipado, não excedendo a 10% dos valores das contribuições efetuadas até a data do resgate.

- Receita com a prescrição de títulos

  A receita com a prescrição de títulos corresponde aos prêmios registrados nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e não resgatados pelos subscritores dos títulos de capitalização nos prazos estabelecidos no Código Civil.

Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

- Impostos Correntes - A provisão para impostos de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

- Impostos Diferidos - O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os impostos diferidos ativos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando for provável sua reversão em futuro previsível. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos de imposto de renda (IR) e de contribuição social (CS) são constituídos, respectivamente, com base nas alíquotas vigentes de 15% para o IR, acrescida de adicional de 10% e 9% para a CS, uma vez que a Administração da Sociedade questiona o aumento da CS de 9% para 15%, e, portanto não ativou esse aumento nos créditos tributários.Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes".

Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, caso o seu valor contábil seja recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo e são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. Estes ativos e respectivos resultados são apresentados separadamente no balanço patrimonial e na demonstração de resultado.

Imobilizado

Terrenos, edificações, móveis, máquinas e utensílios e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil esteja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação do imobilizado é calculada de acordo com as taxas anuais de 4%, 10% e 20% para Edificações, Móveis Máquinas e Utensílios, Veículos e Hardware, respectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil dos ativos e são reconhecidos no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada período, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Provisões

As provisões técnicas são apuradas de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP.

Provisão para resgates

Apresentada no Passivo Circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses, conforme determinado pelo plano de contas da SUSEP para as sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de previdência privada aberta.

Representa a parcela das contribuições efetuadas pelos subscritores dos títulos de capitalização que será resgatada, atualizada monetariamente, nos vencimentos dos referidos títulos de capitalização.

Provisão para sorteio a realizar

Representa a parcela das contribuições efetuadas pelos subscritores dos títulos de capitalização para custear os sorteios ainda não realizados.

Provisão para sorteio a pagar

Constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação financeira.

Provisões para processos judiciais

As provisões para processos judiciais de natureza fiscal são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos encerramentos dos balanços. A Administração da Sociedade adota o procedimento de provisionar a totalidade dos processos fiscais, cuja probabilidade de perda for considerada como provável. Os valores referentes aos processos relacionados a questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão integralmente provisionados e estão apresentados na rubrica Provisões Judiciais, no Passivo Não Circulante. Conforme mencionado na nota nº 13, a Sociedade manifestou-se pelo pagamento à vista ou ao parcelamento de determinados débitos tributários que até 30 de novembro de 2009 estavam sendo questionados judicialmente, conforme critérios previstos na Lei nº 11.941/09, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08. Os correspondentes depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no Ativo Não Circulante.

As provisões para os processos de natureza trabalhista e cível são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno e da Administração da Sociedade sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados para os processos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos e a respectiva probabilidade de perda do processo. Os mencionados percentuais foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação e a suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco, ocorrido nos últimos 36 meses. As provisões para os processos de natureza fiscal, trabalhista e cível estão contabilizadas na rubrica Provisões Judiciais, no Passivo Não Circulante.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("para negociação"), investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e custos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("para negociação")

Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados; são contabilizados pelo valor justo na data do reconhecimento inicial; são acrescidos dos rendimentos auferidos no período e são ajustados ao valor de mercado. Esses ativos estão classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e as desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

O valor justo é determinado conforme descrito na nota nº 6.

Investimentos mantidos até o vencimento

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos (que estão registrados nos Fundos de Investimentos Exclusivos), com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Sociedade possui a intenção positiva e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor juros por meio do resultado.

São contabilizadas ao valor justo no encerramento do período. O valor justo é determinado conforme descrito na nota nº 6.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ajustes aos correspondentes valores justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Outros resultados abrangentes", líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulados são reclassificados para o resultado do período.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e contas a receber decorrente da venda de imóveis) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Depósitos judiciais e fiscais

Atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Baixa de ativos financeiros

A Sociedade baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transferem o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Sociedade não transferir e nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Sociedade reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar.

Se retiverem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Sociedade continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo correspondente.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida receber e o ganho ou a perda acumulados que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela Sociedade são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

Moeda funcional

A Sociedade definiu o Real como sua moeda funcional.

Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os doze meses da data do balanço são considerados como não circulante.

Demonstração de resultados abrangentes

Os ganhos e perdas acumulados referentes aos ativos financeiros classificados como disponível para venda da Sociedade são registrados na demonstração de resultados abrangentes, líquido dos correspondentes efeitos tributários. Os correspondentes ganhos e perdas acumulados reflexos, de investimentos em coligadas, também são registrados na demonstração de resultado abrangente.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente com períodos futuros.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota nº 3.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Notas técnicas atuariais

As provisões técnicas de capitalização são apuradas de acordo com as notas técnicas atuariais, elaboradas pela Administração, e aprovadas pela SUSEP.

O julgamento utilizado pela Administração quando da elaboração das notas técnicas atuariais, leva em consideração o retorno esperado pela Administração para cada produto de capitalização. Com base nesse retorno, são definidos os percentuais de cotas de capitalização, de sorteios e de carregamento, assim como o tamanho da série dos produtos comercializados pela Sociedade.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota nº 2, a Sociedade revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente e efetua eventuais ajustes nas taxas de depreciação prospectivamente.

Redução ao valor recuperável de ativos

Para determinar se os ativos não circulantes apresentam redução em seu valor recuperável, a Administração da Sociedade analisa se há algum indício de perda por redução ao valor recuperável. Se houver indícios, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Com base no resultado apresentado a Sociedade efetua o registro da provisão para redução ao valor recuperável dos correspondentes ativos.

Avaliação dos instrumentos financeiros

Determinados ativos financeiros da Sociedade são avaliados pelo valor justo, cujo critério de cálculo está descrito na nota nº 6.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para levar o contas a receber de clientes e de corretores a seu valor de recuperação, com base na análise individual dos recebíveis.

Avaliação das provisões para processos judiciais

A Sociedade reconhece provisão para obrigações tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre estimativas de provisões para processos judiciais estão descritas na nota nº 2.

4. AJUSTES E RECLASSIFICAÇÕES DECORRENTES DA ADOÇÃO DA CIRCULAR Nº 430/12.

Conforme mencionado na nota nº 2, as demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, contemplam os seguintes efeitos decorrentes das mudanças no plano de contas:

i) Apresentação dos valores a receber de clientes na rubrica "Créditos com operações de capitalização" no Ativo Circulante, registrados anteriormente na rubrica "Títulos e créditos a receber";

ii) Contabilização das constituições das provisões para despesas com resgates no mesmo grupo da receitas líquidas com capitalização;

iii) Contabilização das constituições das provisões para despesas com sorteios no grupo "Resultados com Sorteio";

iv) Alteração da denominação da rubrica "Despesas de Comercialização" para "Custos de Aquisição" na demonstração do resultado.

Efeitos das reclassificações decorrentes da adoção da circular, nas demonstrações financeiras

Contas	Referência	Publicado 31/12/2011	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2011
Ativo				
Créditos com operações de capitalização		-	55.558	55.558
Títulos e créditos a receber	i	68.344	(55.558)	12.786

Demonstração do resultado		Publicado 30/06/2011	Reclassificação	Reapresentado 30/06/2011
Receitas líquidas com títulos de capitalização		494.366	-	107.454
Arrecadação com títulos de capitalização		-	494.366	494.366
Receita bruta com títulos de capitalização	ii	495.895	(495.895)	-
Deduções sobre a receita bruta	ii	(1.529)	1.529	-
Variação da provisão com resgates		-	(386.912)	(386.912)
Variações das provisões técnicas	ii	290	(181)	109
Resultados com sorteio		-	(63.451)	(63.451)
Despesas com títulos resgatados e sorteados		(450.544)	450.544	-
Despesas com resgates	ii	(386.912)	386.912	-
Despesas com sorteios	iii	(63.632)	63.632	-

Contas	Referência	Publicado 31/12/2010	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2010
Ativo				
Créditos com operações de capitalização		-	54.083	54.083
Títulos e créditos a receber	i	66.182	(54.083)	12.099

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" inclui o caixa em poder da Sociedade e as contas bancárias. O saldo dessa conta está composto da seguinte forma:

	30/06/2012	31/12/2011
Saldos de caixa e bancos	2.341	1.416
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.341	1.416

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/2012	31/12/2011
ATIVOS FINANCEIROS		
Registrados ao valor justo por meio do resultado		
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	370.907	430.424
Quotas de Fundos de Investimentos - Não exclusivos	64.103	41.240
Subtotal	435.010	471.664
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	33.733	32.208
Título de Dívida Agrária - TDA	3.866	4.123
Letras financeiras subordinadas - Privado	32.195	30.554
Certificados de depósitos bancários - CDB (a)	17.103	14.503
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE (b)	67.749	64.404
Ações	-	46
(-) Redução ao valor recuperável	-	(26)
Subtotal	154.646	145.812
Total de aplicações financeiras	589.656	617.476
Circulante	451.768	478.043
Não circulante	137.888	139.433

A composição da carteira com exceção dos fundos exclusivos, fundos não exclusivos e ações é composta como segue:

Títulos	Emissor	Vencimento	Indexador	30/06/2012 Valor
CDB	Banco de Brasília	2012	100% CDI	3.000
CDB	Banco de Brasília	2013	100% CDI	4.305
CDB	Banco de Brasília	2014	100% CDI	111
CDB	Banco Safra (a.1)	2012	102% CDI	1.675
CDB	Banco Itaú	2013	100,5% CDI	8.012
DPGE	Banco BMG	2014	112% CDI	13.474
DPGE	Banco Mercantil do Brasil	2014	112% CDI	14.681
DPGE	Banco Paraná	2014	111% CDI	11.326
DPGE	Bicbanco	2014	113% CDI	5.730
DPGE	Bicbanco	2015	112,5% CDI	5.660
DPGE	Banco PINE	2015	115% CDI	5.685

Títulos	Emissor	Vencimento	Indexador	30/06/2012 Valor
DPGE	Banco Fibra	2014	111,5% CDI	11.193
LFS	Banco Bradesco	2017	112% CDI	16.113
LFS	Banco Itaú	2017	112% CDI	16.082
TDA	Tesouro Nacional	2012	TR + 6%	784
TDA	Tesouro Nacional	2013	TR + 6%	1.336
TDA	Tesouro Nacional	2014	TR + 6%	1.746
LFT	Tesouro Nacional	2013	SELIC	33.733
Total				154.646

Títulos	Emissor	Vencimento	Indexador	31/12/2011 Valor
CDB	Banco de Brasília	2012	100% CDI	5.265
CDB	Banco Safra (a.1)	2012	102% CDI	1.600
CDB	Banco Itaú	2013	100,5% CDI	7.638
DPGE	Banco BMG	2014	112% CDI	7.366
DPGE	Banco BMG	2014	113% CDI	5.402
DPGE	Banco Mercantil do Brasil	2014	112% CDI	13.994
DPGE	Banco Paraná	2014	111% CDI	10.763
DPGE	Bicbanco	2014	113% CDI	5.455
DPGE	Bicbanco	2015	112,5% CDI	5.380
DPGE	Banco PINE	2015	115% CDI	5.395
DPGE	Banco Fibra	2014	111,5% CDI	10.649
LFS	Banco Bradesco	2017	112% CDI	15.274
LFS	Banco Itaú	2017	112% CDI	15.280
TDA	Tesouro Nacional	2012	TR + 6%	1.114
TDA	Tesouro Nacional	2013	TR + 6%	1.305
TDA	Tesouro Nacional	2014	TR + 6%	1.704
LFT	Tesouro Nacional	2013	SELIC	32.208
Total				145.792

CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(a.1) Esse CDB foi oferecido em garantia de processo fiscal administrativo.

A classificação dos ativos financeiros (títulos e valores mobiliários), de acordo com os critérios de registro e avaliação descritos na nota nº 2, é a seguinte:

ATIVOS FINANCEIROS	Valor de custo mais rendimentos	Valor justo	30/06/2012 Ganhos (perdas) não realizados
REGISTRADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO			
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	370.907	370.907	-
Quotas de Fundos de Investimentos - Não exclusivos	64.103	64.103	-
Subtotal	435.010	435.010	-
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA			
Letras Financeiras do Tesouro	33.706	33.733	27
Letras Financeiras Subordinadas - Privado	32.108	32.195	87
Título da Dívida Agrária	3.866	3.866	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	17.081	17.103	22
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC-DPGE	67.672	67.749	77
Subtotal	154.433	154.646	213
Total	589.443	589.656	213

ATIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	Valor de custo mais rendimentos	Valor justo	31/12/2011 Ganhos (perdas) não realizados
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	430.424	430.424	-
Quotas de Fundos de Investimentos - Não exclusivos	41.240	41.240	-
Subtotal	471.664	471.664	-
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA			
Letras Financeiras do Tesouro	32.206	32.208	2
Letras Financeiras Subordinadas - Privado	30.530	30.554	24
Título da Dívida Agrária	4.110	4.123	13
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	14.477	14.503	26
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC–DPGE	64.342	64.404	62
Ações	46	20	(26)
Subtotal	145.711	145.812	101
Total	617.375	617.476	101

Os valores justos, por vencimento, dos títulos e valores mobiliários, exceto os fundos de investimentos exclusivos, fundos de investimentos não exclusivos, e de ações, estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	30/06/2012	31/12/2011
Até 1 ano	16.758	6.379
De 1 até 2 anos	74.740	42.750
De 2 até 4 anos	30.952	66.109
Mais de 5 anos	32.196	30.554
Total	154.646	145.792

A composição da carteira dos fundos de investimentos exclusivos é como segue:

	30/06/2012	31/12/2011
Letras Financeiras do Tesouro	328.716	284.993
Letras do Tesouro Nacional	480	449
Notas do Tesouro Nacional	-	2.482
Título da Dívida Agrária	4.048	4.980
Operações Compromissadas - *Overnight* (a)	37.531	137.558
Derivativos	143	-
Outros	(11)	(38)
Total	370.907	430.424

Os valores justos, por vencimento, dos títulos e valores mobiliários dos fundos de investimentos exclusivos estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	30/06/2012	31/12/2011
Até 1 ano	69.919	144.923
De 1 até 2 anos	18.068	52.256
De 2 até 4 anos	282.087	233.026
De 4 até 6 anos	833	219
Total	370.907	430.424

(a) As operações compromissadas em overnight, estão lastreadas em Letras do Tesouro Nacional, Notas do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro, com vencimento em D+1.

Critérios adotados na determinação dos valores justos

Os critérios adotados para estimar o valor justo dos títulos e valores mobiliários, principais instrumentos financeiro da Sociedade, foram:

- Títulos de renda fixa: calculados com base nas tabelas de preços unitários do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Fundos de investimentos não exclusivos e fundo de investimento imobiliário: contabilizados com base no valor das quotas informado pelo administrador de cada fundo.
- Ações de companhias de capital aberto cotadas em Bolsa de Valores ou Mercado de Balcão: calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociadas nas datas de encerramento dos balanços.

As aplicações financeiras apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Saldo em 31/12/2011	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldo em 30/06/2012
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	430.424	74.500	(147.715)	13.698	-	370.907
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	41.240	20.530	(360)	2.693	-	64.103
CDB	14.503	4.309	(2.452)	747	(4)	17.103
DPGE	64.404	-	-	3.330	15	67.749
LFS	30.554	-	-	1.577	64	32.195
TDA	4.123	-	(496)	251	(12)	3.866
LFT	32.208	-	-	1.499	26	33.733
Ações	20	-	(46)	-	26	-
Total	617.476	99.339	(151.069)	23.795	115	589.656

	Saldo em 31/12/2010	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldo em 31/12/2011
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	352.075	344.477	(312.207)	46.079	-	430.424
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	9.827	30.300	(679)	1.792	-	41.240
Quotas de Fundo de Investimento Imobiliário	8.163	-	(7.584)	-	(579)	-
CDB	9.955	5.001	(1.856)	1.405	(2)	14.503
DPGE	7.838	60.000	(7.913)	4.417	62	64.404
LFS		30.000	-	531	23	30.554
BTN	564	-	(563)	14	(15)	-
TDA	5.719	-	(2.167)	606	(35)	4.123
LFT	28.853	-	-	3.353	2	32.208
LTN	1.299	-	(1.299)	-	-	-
Ações	22	-	-	-	(2)	20
Total	424.315	469.778	(334.268)	58.197	(546)	617.476

7. CRÉDITOS COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Representam créditos a receber de parcerias comerciais relativos a determinados produtos da Sociedade, a vencer em até 30 dias, no valor de R$86.308 (31/12/2011: R$55.558). Os referidos créditos são liquidados financeiramente, na maioria dos casos, deduzidos dos resgates devidos aos referidos parceiros. A Sociedade possui 05 parceiros comerciais que representam 58% do total desta rubrica.

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Vencimento	30/06/2012	31/12/2011
Contas a receber de corretores (a)	2.002	2.002
Contas a receber da venda de imóveis	1.224	1.224
Dividendos e juros s/capital próprio a receber	5.042	7.703
Outros contas a receber	505	1.936
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(3.163)	(4.580)
Total	5.610	8.285
Circulante	5.610	8.285

(a) Representam, basicamente, créditos a receber de corretores referentes a operações realizadas no passado para os quais a Administração da Sociedade constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, por considerá-los de difícil realização, no montante de R$2.002 (31/12/2011: R$2.002). A provisão para crédito de liquidação duvidosa, cujo saldo inicial era de R$15.935, em 01/01/11 foi reduzida em R$11.355 correspondente a alienação de parte dos valores a receber de corretores para partes não relacionadas, efetuada em 30 de junho de 2011. Os efeitos dessa alienação foram contabilizados no resultado do período, e estão contabilizados no grupo "Outras Receitas e Despesas Operacionais.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

a) Impostos correntes ativos

	30/06/2012	31/12/2011
IRPJ a compensar	-	1.518
Restituição de IR a receber	1.450	139
Restituição de CSLL a receber	1.896	1.545
IRRF a compensar	2.664	2.624
Outros impostos a restituir	109	47
Total	6.119	5.873
Circulante	3.455	3.249
Não circulante	2.664	2.624

b) Impostos diferidos ativos e passivos

	30/06/2012	31/12/2011
Impostos diferidos ativos		
IR sobre diferenças temporárias	13.199	12.483
CSLL sobre diferenças temporárias	1.130	967
CSLL sobre base negativa	6.036	6.386
Total	20.365	19.836
Circulante	-	319
Não circulante	20.365	19.517
Impostos diferidos passivos		
IR e CSLL s/reserva de reavaliação de terrenos	1.643	1.643
IR e CSLL sobre exclusões temporárias	86	40
Total	1.729	1.683
Não circulante	1.729	1.683

A estimativa da Administração da Sociedade quanto à realização dos créditos tributários de base negativa de contribuição social está baseada em orçamentos elaborados e, devidamente aprovados pela Diretoria, para os próximos cinco exercícios. Em 30 de junho de 2012, o saldo acumulado da base negativa da contribuição social, no montante de R$67.062, (31/12/2011: R$68.449), é composto por R$34.283, R$9.761 e R$23.018, relativos anos de 2002, 2003 e 2006, respectivamente. A expectativa de realização, por ano, do referido crédito é apresentada como segue: -, 2012 - 5%, 2013 - 2%, 2014 - 11%, 2015 - 18%, 2016 - 26% e 2017 38%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	30/06/2012		30/06/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da provisão para imposto de renda, contribuição social e participações (a)	30.451	30.451	33.248	33.248
Alíquotas oficiais	25%	15%	25%	15%
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(7.612)	(4.568)	(8.312)	(4.987)
Adições				
Provisões judiciais	(827)	(338)	(347)	(66)
Despesas indedutíveis	(94)	(42)	(127)	(62)
Outras	(204)	(247)	-	-
Exclusões				
Equivalência patrimonial	5.109	3.065	6.453	3.872
Reversão de provisões para perda de ativos	110	66	3.825	2.295
Outras	3	0	993	596
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(3.515)	(2.064)	2.485	1.648
Despesa decorrente do parcelamento Lei nº 11.941/2009	-	-	-	(2.972)
Constituição (realização) - Créditos tributários	715	513	(3.581)	(2.040)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	(2.800)	(1.551)	(1.096)	(3.364)

(a) Em 30 de junho de 2011, o lucro antes da provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações contemplava o resultado das operações descontinuadas.

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos em participações societárias estão demonstrados como segue:

	Páteo Participações e Consultoria de Com. Exterior Ltda.	Caixa Capitalização S.A.
Quantidade de ações	18.502.986 quotas	1.960 ON
% de participação no capital	99,97%	24,50%
Data base	30.06.2012	30.06.2012
Capital social	18.503	150.000
Lucro líquido do semestre	270	82.311
Patrimônio líquido	9.119	345.719
Resultado da equivalência patrimonial	270	20.166
Dividendos	-	(5.042)
Saldos em 30 de junho de 2012	9.118	84.701
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.849	84.325

A movimentação dos investimentos em controlada e coligada, apresentado nas demonstrações financeiras, é como segue:

	Páteo Participações e Consultoria de Com. Exterior Ltda.	Caixa Capitalização S.A.
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.166	81.037
Resultado da equivalência patrimonial	(1.615)	30.810
Aumento do capital social	6.298	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários (a)	-	3.852
Dividendos adicionais distribuídos referentes ao resultado de 2010, pagos em 2011	-	(23.672)
Dividendos declarados 2011	-	(7.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.849	84.325
Resultado da equivalência patrimonial	269	20.166
Ajustes com títulos e valores mobiliários (a)	-	8.359
Dividendos adicionais distribuídos referentes ao resultado de 2011, pagos em 2012	-	(23.108)
Dividendos declarados 2012 (b)	-	(5.042)
Saldos em 30 de junho de 2012	9.118	84.701

a) Corresponde ao ajuste a valor justo reflexo dos ativos disponíveis para venda registrados ao valor justo, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

b) Dividendos declarados e contabilizados referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012.

c) O resultado de ajustes de investimentos em coligadas em 30 de junho de 2011, é de R$15.122.

11. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Correspondem a edificações, terrenos e obras de arte, cuja intenção da Administração é a venda. Em função da característica desses ativos e da dificuldade de se concretizar a venda num prazo inferior a 12 meses, a Sociedade mantém os ativos registrados no ativo não circulante. Em 2011, a Sociedade registrou uma provisão para perda sobre determinado terreno, em função de seu valor recuperável estimado pela Administração estar abaixo do seu correspondente valor contábil. O referido terreno está sendo, atualmente, negociado por, aproximadamente, R$5.000. Esta provisão foi constituída a débito da reserva de reavaliação no patrimônio liquido, tendo em vista que o referido terreno foi objeto de reavaliação no passado. A composição dos ativos estão demonstrados como segue:

	30/06/2012	31/12/2011
Edificações	1.100	1.100
Terrenos	5.464	5.464
Obras de arte	2.449	2.528
Total	9.013	9.092

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Correspondem, basicamente, aos terrenos destinados à renda. Os terrenos estão avaliados ao custo de aquisição, e a Sociedade efetua uma análise para avaliar eventuais perdas na sua recuperação, no mínimo, anualmente.

13. CONTAS A PAGAR

	30/06/2012	31/12/2011
Obrigações a pagar (a)	25.571	50.439
Obrigações fiscais - nota nº 16	56.039	54.083
Parcelamento PAES (b)	5.204	7.665
Parcelamento "NOVO REFIS" (c)	27.002	27.024
Impostos e contribuições a recolher	2.966	1.313
Impostos e contribuições diferidos - nota nº 9	1.729	1.683
Encargos trabalhistas	1.803	1.203
Outras contas a pagar	11.980	11.850
Total	132.294	155.260
Circulante	40.484	61.993
Não circulante	91.810	93.267

a) Obrigações a Pagar - Representado, basicamente, por dividendos devidos a acionistas no valor de R$11.150 (R$32.173 em 2011) e a ex-acionistas no valor de R$2.626 (R$2.629 em 2011). O saldo contempla ainda, o valor de R$5.348 (R$5.353 em 2011) referentes a valores a pagar a ex-acionistas por reembolso de ações dos valores decorrentes do grupamento de ações.

b) Parcelamento PAES - A Lei nº 10.684, de 31 de maio de 2003, instituiu o PAES, destinado à regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em 31 de julho de 2003, as empresas Sul América Capitalização S.A. e Sulatec Participações S.A., incorporadas pela Sociedade, aderiram ao parcelamento, com o objetivo de parcelar valores devidos relativos à compensação integral dos prejuízos fiscais, apurados até 31 de dezembro de 1994 e a compensação da diferença do IPC/BTNF dos prejuízos fiscais relativos aos períodos de 1987 a 1989, os quais encontravam-se nas esferas administrativa ou judicial. O montante total das obrigações incluído no PAES, na data da adesão, foi de R$33.314 (líquido da redução de multa de 50% estimada em R$3.747). O parcelamento prevê o pagamento do referido tributo em até 120 parcelas iguais e mensais, atualizado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, das quais 108 parcelas foram pagas até 30 de junho de 2012.

c) Parcelamento Novo Refis - A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, instituiu o "NOVO REFIS", destinado à regularização de débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os quais poderiam ser pagos à vista ou parcelado em até 180 meses, com benefícios de redução dos juros e/ou da multa de mora e de ofício. O percentual do benefício da redução está associada diretamente ao prazo de pagamento. O parcelamento prevê ainda a opção da liquidação dos valores correspondentes à multa de mora ou de ofício, e aos juros moratórios, inclusive as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de crédito tributário de prejuízo fiscal de imposto de renda e da base negativa de contribuição social às alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente. Em novembro de 2009, a Sociedade aderiu ao parcelamento, com o objetivo de parcelar valores de principal devidos relativos principalmente à COFINS, Contribuição Social e Imposto de Renda, os quais se encontravam em discussão nas esferas administrativa ou judicial. O montante total das obrigações incluindo no "NOVO REFIS", na data da adesão, foi de R$20.411 (líquido da redução dos benefícios previstos), sendo R$17.620 correspondente a valores que já estavam provisionados como Provisões e R$2.791 de principal cuja provisão foi constituída quando da adesão ao "NOVO REFIS". O montante de R$2.791 era composto por R$2.349 referente à Contribuição Social e R$442 de outros tributos. O parcelamento prevê o pagamento dos referidos tributos em até 180 (cento e oitenta) parcelas iguais e mensais, que será atualizado mensalmente com base na variação da SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, das quais 32 parcelas foram pagas até 30 de junho de 2012.

Descrição	Principal	Multa	Juros	Efeito líquido
COFINS (c.1)	(1.086)	3.460	(251)	2.123
CSLL (c.2)	3.284	826	8.177	12.287
OUTROS (c.3)	(1.034)	(151)	(2.399)	(3.584)
Total	1.164	4.135	5.527	10.826

(c.1) Em 30 de junho de 2011, refere-se a reversão de principal provisionado a maior, e a constituição de provisão de multa, os quais não haviam sido considerados pela Sociedade quando da adesão do "NOVO REFIS" em 31 de dezembro de 2009. Tais reflexos foram incluídos pela Receita Federal do Brasil na consolidação dos débitos, os quais foram disponibilizados para a Sociedade em junho de 2011.

(c.2) Em 30 de junho de 2011, conforme permitido pela Receita Federal do Brasil, a Sociedade efetuou a inclusão de processos administrativos no "NOVO REFIS" tendo em vista mudança no prognóstico de perda para os referidos processos, por parte da Administração da Sociedade e dos advogados que patrocinam essas causas.

(c.3) Em 30 de junho de 2011, refere-se, basicamente, a reversão de débitos contabilizados a maior por ocasião da adesão ao "NOVO REFIS" em 31 de dezembro de 2009. Tais valores já foram considerados pela Receita Federal do Brasil na consolidação dos débitos.

Em 30 de junho de 2012, a obrigação referida no item (b) está registrada na rubrica Contas a Pagar - Provisão para Impostos e Contribuições no Passivo Circulante, no montante de R$5.204 (31/12/2011: R$5.110), e na rubrica Contas a Pagar - Obrigações a Pagar, no Passivo Não Circulante, no montante de R$2.555 em 31.12.2011 e a obrigação referida no item (c) está registrada está registrada na rubrica Contas a Pagar - Outras Contas a Pagar no Passivo Circulante, no montante de R$2.189 (31/12/2011: R$2.037 e na rubrica Contas a Pagar - Obrigações a Pagar, no Passivo Não Circulante, no montante de R$24.813 (31/12/2011: R$24.985).

14. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os Depósitos de Terceiros referentes a valores recebidos e ainda não apropriados, estão distribuídos conforme demonstrados abaixo.

Vencimento	30/06/2012	31/12/2011
De 0 a 30 dias	2.078	4.010
De 31 a 60 dias	662	1.238
De 61 a 120 dias	114	238
De 121 a 180 dias	38	67
De 181 dias a 365 dias	128	63
Superior a 365 dias	146	133
Total	3.166	5.749

15. PROVISÕES TÉCNICAS DE CAPITALIZAÇÃO

As provisões técnicas são calculadas pela área atuarial da Sociedade, de acordo com notas técnicas atuariais, devidamente aprovadas pela SUSEP. As provisões técnicas apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Saldos em 31/12/2011	Constituição	Amortização/ prescrição	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2012
Provisão para resgates	464.077	569.595	(511.411)	13.828	536.089
Provisão para sorteios	23.901	86.627	(86.245)	385	24.668
Outras provisões	3.643	80	-	20	3.743
Total	491.621	656.302	(597.656)	14.233	564.500

	Saldos em 31/12/2010	Constituição	Amortização/ prescrição	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2011
Provisão para resgates	345.148	905.285	(811.981)	25.625	464.077
Provisão para sorteios	16.954	154.001	(147.958)	904	23.901
Outras provisões	3.563	39	-	41	3.643
Total	365.665	1.059.325	(959.939)	26.570	491.621

Os ativos garantidores estão compostos da seguinte forma:

	30/06/2012	31/12/2011
Títulos de renda fixa - Publico	37.599	36.331
Títulos de renda fixa - Privado	117.047	109.461
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	64.103	41.240
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	370.907	430.424
Outros	-	20
Total	589.656	617.476
Ativos livres	25.156	125.855

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS, PROVISÕES JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	30/06/2012	31/12/2011
Provisão relacionadas a obrigações legais (nota nº 13)	56.039	54.083
Provisões relacionadas a processos judiciais	23.980	21.687
Total de obrigações fiscais e provisões judiciais-não circulante	80.019	75.770
Depósitos judiciais e fiscais (a)	85.835	82.939
Total de depósitos judiciais e fiscais - não circulante	85.835	82.939

(a) Os depósitos judiciais são pagamentos efetuados ligados a processos judiciais existentes. Os depósitos judiciais relativos a processos fiscais são atualizados Taxa Referencial - TR e pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, conforme legislação vigente e os relativos a causas cíveis e trabalhistas são atualizados monetariamente pela TR, conforme legislação vigente.

Os depósitos judiciais e fiscais, assim como as provisões relacionadas a processos judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas, fiscais e obrigações fiscais, estão demonstrados como se segue:

	30/06/2012			31/12/2011		
	Depósitos judiciais e fiscais	Provisões judiciais	Obrigações fiscais	Depósitos judiciais e fiscais	Provisões judiciais	Obrigações fiscais
Ações cíveis	7.245	6.565	-	6.190	4.744	-
Ações trabalhistas	14.235	6.669	-	14.281	6.672	-
COFINS	24	-	17.756	23	-	17.320
CSLL	15.569	-	9.592	14.729	-	8.968
INSS	11.052	10.746		10.578	10.271	-
IPTU	8.829	-	8.816	8.801	-	8.788
PIS	14.666	-	13.140	13.527	-	12.486
IRPJ	11.359	-	4.027	10.983	-	3.872
Outros	2.856	-	2.708	3.827	-	2.649
Total	85.835	23.980	56.039	82.939	21.687	54.083
Não circulante	85.835	23.980	56.039	82.939	21.687	54.083

Processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas

A Sociedade possui os seguintes processos judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

	30/06/2012								
	Fiscais			Cíveis			Trabalhistas		
Perda	Quantidade	Estimativa	Provisões judiciais e obrigações fiscais	Quantidade	Estimativa	Provisão contabilizada	Quantidade	Estimativa	Provisão contabilizada
Provável	8	19.746	19.746	1.066	7.430	6.370	121	10.771	6.192
Possível	15	29.274	29.274	137	223	147	27	676	388
Remota	5	17.765	17.765	124	74	48	36	154	89
Total	28	66.785	66.785	1.327	7.727	6.565	184	11.601	6.669

	31/12/2011								
	Fiscais			Cíveis			Trabalhistas		
Perda	Quantidade	Estimativa	Provisões judiciais e obrigações fiscais	Quantidade	Estimativa	Provisão contabilizada	Quantidade	Estimativa	Provisão contabilizada
Provável	7	16.133	16.133	1.312	6.819	4.460	122	10.402	5.979
Possível	15	27.786	27.786	171	337	220	38	908	522
Remota	6	20.435	20.435	160	98	64	57	298	171
Total	28	64.354	64.354	1.643	7.254	4.744	217	11.608	6.672

Movimentações das provisões relevantes

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Atualização monetária	(Baixas)	Saldos em 30/06/2012
Trabalhistas	6.672	223	-	(226)	6.669
Cíveis	4.744	2.035	-	(214)	6.565
PIS	12.486	351	303	-	13.140
CSLL	8.968	264	360	-	9.592
COFINS	17.320	-	436	-	17.756
IPTU	8.788	-	28	-	8.816
INSS	10.271	241	234	-	10.746
IRPJ	3.872	-	155	-	4.027
Fiscais	61.705	856	1.516	-	64.077
Total	73.121	3.114	1.516	(440)	77.311

Processos Tributários - Sociedade

COFINS - A partir de 1999, a COFINS passou a ser exigida das companhias de capitalização. Desde então, a Sul América Capitalização S.A., incorporada pela Sociedade, passou a questionar judicialmente a constitucionalidade da lei que instituiu o recolhimento dessa contribuição, obtendo medida liminar que suspendeu a sua exigibilidade. A Sociedade vem provisionando os valores à alíquota de 3%, até agosto de 2003, e de 4%, a partir de setembro de 2003, sobre a receita bruta. Foram proferidas sentenças nos processos, que reconheceram a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo da COFINS (artigo 3º, parágrafo 1º da Lei 9.718/98). Com o advento da anistia parcial instituída pela Lei nº 11.941/2009, conforme descrito na nota nº 16, a Sociedade optou por desistir de parte da discussão, reconhecendo a incidência da COFINS sobre as receitas operacionais, mantendo a discussão apenas sobre as receitas financeiras, nos exatos termos do que já foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal e acolhido pela sentença. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remotas a expectativa de perda desta demanda.

INSS - A Sociedade questiona e deposita judicialmente, a Contribuição Previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de capitalização, instituída pela Lei Complementar nº. 84/96 e regulamentações/alterações posteriores, por entender que os serviços de corretagem de capitalização não são prestados às empresas de capitalização, estando desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, do Artigo 22, da Lei nº 8.212/91 com nova redação contida na Lei nº 9.876/99. O processo encontra-se no STJ aguardando o julgamento de recurso da sociedade. Os advogados que patrocinam a causa, reputam como possível a expectativa de perda da demanda.

IPTU - A Sul América Capitalização S.A., incorporada pela Sociedade, por meio do processo judicial no 2000.001055797-0 RJ passou a questionar e a depositar judicialmente o IPTU, a partir do período de 2000 e até 2005, referentes às propriedades localizadas no Município do Rio de Janeiro, por entender serem inconstitucionais os dispositivos legais que estabelecem a aplicação de alíquotas progressivas na cobrança do IPTU. Os valores estão integralmente provisionados. Os autos do processo encontram-se no Supremo Tribunal Federal, aguardando julgamento de Agravo Regimental manejado pela Sociedade contra a decisão que desproveu o seu Agravo de Instrumento, por sua vez interposto em face da decisão que negou seguimento ao seu recurso extraordinário.

Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a expectativa de perda da demanda. A partir do período de 2006, a Sociedade postulou perante a Prefeitura e obteve a isenção do IPTU sob condição resolutória, condicionada à manutenção da arquitetura atual, sendo que, até a presente data, a Sociedade ainda não obteve decisão final a respeito do seu pedido de isenção do IPTU.

PIS - A Sul América Capitalização S.A., incorporada pela Sociedade, questionou e depositou judicialmente: (i) a Contribuição do PIS, instituída pelas Emendas Constitucionais nºs 01/94, 10/96 e 17/97, com a incidência de 0,75% sobre a receita bruta. O processo judicial relativo à Emenda Constitucional nº 01/94 encontra-se em segunda instância, aguardando julgamento dos recursos de apelação interpostos pela Sociedade e pela União Federal. O processo judicial relativo às Emendas Constitucionais nºs 10/96 e 17/97 encontram-se em segunda instância aguardando julgamento do recurso da Sociedade. Os advogados que patrocinam as causas, reputam como possível a expectativa de perda dos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/94, 10/96 e 17/97; e (ii) em fevereiro de 1999, com a promulgação da Lei nº 9.701/98 e da Lei nº 9.718/98, a base de cálculo do PIS foi ampliada em função do novo conceito de receita bruta, e sua alíquota reduzida de 0,75% para 0,65%. A Sul América Capitalização S.A. questionou a constitucionalidade da expansão da carga tributária do PIS, com base na Lei Complementar nº 7/70 e vem provisionando e depositando judicialmente os valores devidos. O processo encontra-se no STJ, aguardando julgamento de recurso da sociedade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a expectativa de perda da demanda.

CSLL - A Sociedade com a edição da Lei no 11.727/2008, ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno. Para assegurar a qualidade do gerenciamento de riscos, a estrutura da Sociedade é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Auditoria Interna e Núcleo de Compliance.

A Sociedade instituiu uma estrutura de Gestão de Risco, denominada de Programa Compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos Órgãos Reguladores, através de uma sólida cultura de Controles Internos e elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. O referido programa Compliance se aplica a toda a Administração e funcionários da Sociedade e reúne as diretrizes que devem ser observadas em suas ações profissionais.

O modelo de gestão de riscos e controles internos adotado utiliza a metodologia de Control Self Assessment - CSA, ou seja, Autoavaliação de Controles. Essa metodologia destaca o conhecimento de cada gestor no processo de identificação de riscos e controles.

A metodologia CSA - Control Self Assessement é um processo descentralizado de avaliação contínua da efetividade do ambiente de controle, para identificar riscos potenciais e determinar ações corretivas.

Na implementação do processo de gestão de riscos e controles internos a Sociedade utiliza a arquitetura elaborada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, e alguns dos componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração e o tratamento dos riscos das atividades, incluindo ainda, os canais de denúncias, que tem como objetivo acolher opiniões, criticas, reclamações, garantindo sempre a confidencialidade de seus usuários e promovendo as apurações e providências necessárias.

Gestão do risco de capital

A Sociedade administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno de suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e de patrimônio.

Categorias de instrumentos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros da Sociedade estão demonstrados a seguir:

	30/06/2012	31/12/2011
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	2.341	1.416
Valor justo por meio do resultado:		
Aplicações financeiras mantidos para negociação	435.010	471.664
Valor justo por meio do Patrimônio Líquido:		
Aplicações financeiras disponíveis para venda	154.646	145.812
Empréstimos e recebíveis:		
Contas a receber de clientes	86.308	55.558
Passivos financeiros		
Provisões técnicas de capitalização	564.500	491.621
Parcelamento PAES	5.204	7.665
Parcelamento "NOVO REFIS"	27.002	27.024

Composição dos passivos financeiros relativos a Provisões técnicas de capitalização, considerando a data de vigência das respectivas reservas e para os demais passivos considerando a data de vencimento.

Vencimento	30/06/2012	31/12/2011
De 0 a 30 dias	89.202	86.926
De 31 a 60 dias	31.648	29.033
De 61 a 120 dias	63.067	57.640
De 121 a 180 dias	64.884	62.442
De 181 dias a 365 dias	307.179	247.137
Superior a 365 dias	40.726	43.132
Total geral	596.706	526.310

Gestão do risco de taxa de juros

A Sociedade está exposta ao risco de taxa de juros de seus títulos e valores mobiliários públicos e privados, que são utilizados, substancialmente, para garantia das provisões técnicas. Os títulos e valores mobiliários são remunerados, basicamente, pela taxa SELIC. Para se proteger da flutuação da taxa de juros, a Sociedade contrata operações de contratos futuros DI, os quais são valorizados diariamente pela carteira dos fundos exclusivos.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

A Sociedade possui ativos financeiros atrelados, basicamente, à taxa SELIC. A Sociedade possui provisões técnicas com taxas pré-determinadas de 6% ao ano acrescidas da TR (taxa referencial). A análise é preparada assumindo que os valores dos ativos e dos passivos em aberto no final do período estarão em aberto durante todo o período de 2012.

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Sociedade adotou a definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Sociedade e que é referenciada por fonte externa independente.

Em 30 de junho de 2012, a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, expostos às variações de taxas de juros da Sociedade e os seus respectivos impactos no resultado do período, estão demonstrados para o período de 360 dias, conforme segue:

Descrição	Cenário provável
Aplicações financeiras	46.819
Provisões técnicas de capitalização	(41.209)
Parcelamento PAES e "NOVO REFIS"	(2.557)
Exposição bruta	3.053
Efeito bruto no resultado (a)	(9.226)
Efeito bruto no patrimônio líquido (b)	12.279
Taxa média do sistema Especial de liquidação e de custódia - SELIC (*)	7,94
Tarifa referencial - TR (*)	1,3

(*) Conforme boletim focus do Banco Central do Brasil

(a) Os reflexos tributários ativos são de aproximadamente R$2.888

(b) Os reflexos tributários passivos são de aproximadamente R$4.911

Contratos futuros

Os instrumentos financeiros derivativos que os Fundos de Investimentos Exclusivos possuíam em sua carteira, utilizados na proteção das posições de ativos contra oscilação da taxa de juros, possuíam as seguintes características:

		30/06/2012			
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador	Quantidade de contratos	Valor Justo
FUT N12	Vendido	jul/12	CDI	(2)	(200)
Total				(2)	(200)

O efeito no resultado do semestre referente aos instrumentos derivativos dos fundos exclusivos representa uma despesa de R$2.490.

		31/12/2011			
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador	Quantidade de contratos	Valor Justo
FUT F13	Comprado	jan/13	CDI	5	454
FUT F13	Vendido	jan/13	CDI	(5)	(454)
FUT N12	Vendido	jul/12	CDI	(2)	(190)
FUT F12	Comprado	jan/12	CDI	23	2.299
FUT F12	Vendido	jan/12	CDI	(49)	(4.898)
Total				(28)	(2.789)

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Sociedade, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Sociedade elabora uma análise do fluxo de caixa projetado e periodicamente revisa as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os ativos garantidores correspondem ao valor máximo em que a Sociedade está comprometida com a liquidação dos títulos de capitalização

Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados em categorias específicas (nível 1, nível 2 e nível 3) de acordo com o correspondente grau observável do valor justo:

- Mensurações do valor justo de nível 1 são obtidas a partir de preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas a partir de variáveis não observáveis de mercado.

Os instrumentos contabilizados a valor justo, conforme nota nº 6 referem-se às aplicações financeiras classificadas nas categorias para negociação e disponível para venda. Estas aplicações financeiras foram classificadas no nível 1 e nível 2, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2012	31/12/2011
Nível 1	500.938	534.446
Nível 2	88.718	83.030
Total	589.656	617.476

18. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas abaixo:

	Contas		Dividendos e juros sobre o capital próprio	
	A receber (a pagar)	Receitas (despesas)	Recebidos (pagos)	A receber (a pagar)
Caixa Capitalização S.A.	-	-	23.108	5.042
Saspar Participações S.A.	-	-	(88.269)	-
Brasil Saúde Companhia de Seguros (a)	-	(415)	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (e)	-	(71)	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	(21)	(127)	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (d)	-	(1.540)	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (f) (g)	31	32	-	-
Administradores (h)	-	(6.704)	-	-
Acionistas Minoritários	-	-	-	(2.625)
Total em 30 de junho de 2012	10	(8.825)	(65.161)	2.417
Total em 31 de dezembro de 2011	(521)	(9.914)	(39.026)	(57.250)

(a) Despesas com seguro saúde do corpo funcional da Sociedade. Os prêmios de seguro são calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos comercializados pela parte relacionada no mercado, e são liquidadas mensalmente.

(b) Despesa com seguro de vida do corpo funcional da Sociedade. Os prêmios de seguro são calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos comercializados pela parte relacionada no mercado, e são liquidadas mensalmente.

(c) Despesas relativas à gestão de ativos financeiros, correspondentes a uma taxa de administração de 0,17% sobre o patrimônio líquido da carteira, e taxa de performance de 20% sobre o que exceder o objetivo de retorno da carteira administrada, liquidadas mensalmente e semestralmente, respectivamente.

(d) Despesas decorrentes da utilização compartilhada dos sistemas operacionais: hospedagem, processamento e operação da produção do sistema de Negócios, administração de banco de dados e performance e estrutura administrativa de apoio, e são liquidadas mensalmente.

(e) Despesa com plano de previdência complementar do corpo funcional da Sociedade. Trata-se de plano de contribuição definida através do Plano Gerador de Benefícios Livre - PGBL, cujas contribuições mensais são realizadas de acordo com as regras estabelecidas no plano, que foi desenhado, exclusivamente, para os funcionários da sociedade.

(f) Despesa com seguro de bens, conforme nota nº 25, liquidadas mensalmente. Os prêmios de seguro, no valor de R$18, são calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos comercializados pela parte relacionada no mercado.

(g) Aluguéis inter grupo, no valor de R$50, definidos por contratos de aluguel com prazo médio de 12 meses, em geral renováveis por mais 12 meses, sendo as parcelas liquidadas mensalmente. O aluguel e a política de reajuste são definidos conforme a prática do mercado imobiliário na área onde o imóvel está localizado.

(h) Representa os honorários pagos à título de remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração da Sociedade e seus respectivos encargos sociais. A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital da Sociedade é representado por 275 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do período, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

Reserva legal

A Reserva Legal é constituída por ocasião da destinação do lucro liquido do período de cada até atingir o limite de 20% sobre o capital social, em conformidade com a legislação em vigor. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumenta o capital.

Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária é constituída no máximo em até 71,25% do lucro liquido do período. É destinada à expansão dos negócios sociais e não pode exceder o montante do capital social.

Reserva de Reavaliação

A Reserva de Reavaliação refere-se a reavaliação de ativos próprios, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários

Por determinação da legislação securitária vigente, os ganhos e perdas não realizados, líquidos de seus efeitos tributários, referentes aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de disponíveis para venda são classificados como outros resultados abrangentes.

Dividendos adicionais propostos

Corresponde aos valores de dividendos propostos ao final do exercício social anterior e aprovados pela Assembléia Geral de Acionistas de 2012 para pagamento aos acionistas no período.

Dividendos intermediários

O Conselho de Administração Sociedade, em reunião realizada no dia 02 de maio de 2012, aprovou a distribuição de dividendos no valor bruto de R$28.000, a ser considerado como antecipação de dividendo relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

20. DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO

	30/06/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido	177.375	221.635
Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(93.819)	(93.174)
Despesas antecipadas	(25)	(14)
Créditos tributários sobre base negativa	(6.036)	(6.386)
Ativos intangíveis	(141)	(163)
Obras de arte	(2.449)	(2.528)
Patrimônio líquido ajustado	74.905	119.370
Capital base	10.800	10.800
CA_{CRED} - (Capital adicional baseado no risco de crédito)	15.081	21.920
Capital mínimo requerido (CMR)	25.881	32.720
Suficiência de capital	49.024	86.650

21. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	30/06/2012	30/06/2011
RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO		
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos	719.059	495.895
Devolução e cancelamentos com títulos de capitalização	(2.000)	(1.529)
Variação da provisão para resgates	(569.595)	(386.912)
Total	147.464	107.454
CUSTO DE AQUISIÇÃO		
Custeamento de vendas	(20.129)	(14.068)
Corretagem	(9.258)	(7.776)
Total	(29.387)	(21.844)

	30/06/2012	30/06/2011
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Administradores	(6.704)	(4.540)
Empregados	(9.617)	(7.024)
Serviços de terceiros	(6.966)	(7.551)
Localização e funcionamento	(3.270)	(3.069)
Processos trabalhistas	(371)	(895)
Outras despesas (a)	(315)	(4.467)
Total	(27.243)	(27.546)
DESPESAS COM TRIBUTOS		
PIS	(430)	(321)
COFINS	(2.651)	(825)
Taxa fiscalização - SUSEP	(200)	(208)
Outras	(146)	(153)
Total	(3.427)	(1.507)
RECEITAS FINANCEIRAS		
Títulos e valores mobiliários	28.428	27.136
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.665	1.468
Outras receitas (b)	1.063	4.621
Total	31.156	33.225
DESPESAS FINANCEIRAS		
Atualização das provisões técnicas	(14.233)	(12.040)
Variação cambial sobre créditos a receber	(38)	(105)
Variação monetária sobre tributos (c)	(2.734)	(8.273)
Taxa administração sobre carteira de investimentos	(127)	(474)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(4.629)	(759)
Outras despesas	(168)	(3)
Total	(21.929)	(21.654)

(a) Conforme mencionado na nota nº 13, refere-se, principalmente, a provisão da multa sobre os débitos que foram incluídos pela Receita Federal do Brasil quando da consolidação do "NOVO REFIS" em junho de 2011, no montante de R$4.135.

(b) Conforme mencionado na nota nº 13, refere-se, principalmente, aos benefícios obtidos com a anistia de juros e multa nos valores de R$2.481 e R$1.382, respectivamente, após a consolidação do "NOVO REFIS" em junho de 2011 por parte da Receita Federal do Brasil, totalizando o montante de R$3.863, antes dos efeitos tributários.

(c) Em junho 2011, está incluída a provisão de juros incidentes sobre os débitos que foram incluídos na consolidação do "NOVO REFIS", no montante de R$5.527, conforme mencionado na nota nº 13.

22. GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

O resultado é composto, basicamente, pela provisão de obrigações a pagar relativas do Banco Rural Mais S.A., de responsabilidade da Sociedade, no valor de R$632 (31/12/2011: R$11.753), o passivo correspondente está registrado na rubrica "Obrigações a pagar" no Passivo Circulante, no montante de R$4.212 e na rubrica Contas a Pagar - Outras Contas a Pagar no Passivo Não Circulante em R$6.842.

23. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O resultado de operações descontinuadas refere-se ao ajuste do investimento em coligada alienada em julho de 2011.

24. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Administração da Sociedade identificou os seguintes benefícios pós-emprego, e seus correspondentes efeitos Descrição geral dos benefícios pós-emprego:

(a) Benefício de suplementação de aposentadoria - A Sociedade oferecia aos seus funcionários, até janeiro de 2005, suplementação de até 60% da média salarial das últimas 36 remunerações percebidas atualizadas, descontado o benefício previdenciário oficial, proporcional ao número de anos trabalhados na Sociedade, limitado a 35 anos. Em fevereiro de 2005, o plano de benefício definido foi extinto e substituído por um plano de contribuição definida através do Plano Gerador de Benefícios Livre - PGBL, contratado junto a Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A. O referido benefício garante o montante calculado individualmente e que reconhece o serviço passado prestado à Sociedade até a implantação do PGBL.

(b) Benefício de renda vitalícia - Benefício oferecido a um grupo exclusivo de ex-empregados aposentados que consiste em uma renda vitalícia sem direito de continuação "post-mortem" para seus dependentes.

(c) Seguro de vida para pensionistas - Benefício oferecido a um grupo exclusivo de ex-empregados aposentados, correspondente a 42 vezes o valor da renda mensal vitalícia. O passivo atuarial, em 30 de junho de 2012, no montante de R$2.107 (31/12/2011: R$2.107), está registrado na rubrica Outras Contas a Pagar, no Passivo não Circulante.

Resultado da avaliação atuarial. A sociedade efetua anualmente o cálculo do passivo atuarial. Os valores apurados e os critérios utilizados na avaliação realizada em 31 de dezembro de 2011 estão descritos a seguir:

	Benefício de renda vitalícia		Seguro de vida para pensionistas		Total	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Passivo atuarial no início do exercício - Outras contas a pagar	1.184	1.074	923	886	2.107	1.960
Despesas reconhecidas no período	457	311	41	37	498	348
Custo dos juros	156	158	41	37	197	195
Amortização dos (ganhos) e perdas atuariais	301	153	-	-	301	153
Contribuições efetuadas no período	(236)	(201)	-	-	(236)	(201)
Passivo atuarial no final do período - Outras contas a pagar	1.405	1.184	964	923	2.369	2.107

Premissas atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações dos atuários independentes foram:

Método de avaliação econômica

O método de apuração da obrigação atuarial adotado foi o Método da Unidade de Crédito Projetada.

Hipóteses econômicas

	30/06/2012	31/12/2011
Taxa de desconto	10,85% a.a.	10,85% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Fator de capacidade - Benefícios	1,0	1,0

Hipótese demográfica

Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000

25. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de junho, a Sociedade possuía seguro contratado com a Sul América Companhia Nacional de Seguros S.A. (parte relacionada da Sociedade), para os bens do Ativo Imobilizado e Imóveis Destinados a Renda, cujo valor do prêmio é de R$2, com vencimento do prêmio em 14/07/2011 e vigência da apólice de 02/07/2011 a 02/07/2012, cuja importância segurada corresponde a R$791 (31/12/2011: R$791) montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

26. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, relativas ao período findo em 30 de junho de 2012, foram apreciadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas

Vice-Presidentes

Ema Mercedes Anita Sanchez de Larragoiti

Joaquim de Mello Magalhães Júnior

Conselheiros

Carmen Roberta Waller

Gerard Joaquim Luiz Sanchez de Larragoiti

Isabelle Rose Marie de Segur Lamoignon

Minas Alphonse Roelof Mardirossian

DIRETORIA

Presidente

Carlos Infante Santos de Castro

Vice-Presidente Executivo

Sérgio Alfredo Diuana

Diretores

Aníbal Ruger Alves Estima Filho

Cesar Tadeu Alonso Dominguez

CONTADOR

Alfredo Moreira Soares

CRC - RJ - 41.986/O-5

ATUÁRIA

Anna Paula Nardi de Almeida

MIBA - MTPS - 660